Seis anos de suspeitas lançadas pelo Dr. Paulo Morais sobre a Câmara Municipal do Porto

1. Como é do conhecimento público, o Dr. Paulo Morais - que durante alguns meses foi Vereador do Urbanismo desta Câmara - tem vindo, ao longo dos últimos anos, a fazer sistemáticas acusações de corrupção e de graves ilegalidades, alegadamente protagonizadas por responsáveis do urbanismo da autarquia e por diversas empresas imobiliárias.

Começou a fazê-lo pouco antes de sair de Vereador, em Setembro de 2005, e fê-lo depois, com doentia persistência, ao longo dos anos seguintes.

De forma muito pouco séria, o Dr. Paulo Morais colocou, inúmeras vezes, o bom-nome da Câmara do Porto em causa; apesar de saber que, desde Janeiro de 2002, o combate à corrupção foi uma luta que a autarquia encetou com determinação e em que tem conseguido obter resultados muitíssimo positivos.

Mesmo assim, não se coibiu de utilizar a comunicação social para ensaiar denúncias bombásticas, protagonizar alarmantes números mediáticos e disparar acusações anónimas contra tudo e contra todos. Uma atitude particularmente inaceitável por parte de alguém que teve responsabilidades executivas directas na área do urbanismo e que, de concreto, nada fez para alterar aquilo que, ele próprio, não se cansa de afirmar que existe por todo o lado.

2. A dada altura, as críticas estenderam-se à própria PGR, ao acusá-la de nada fazer relativamente aos diversos dossiers que, ele próprio, lhe tinha entregue e que constituíam a prova cabal das suas acusações. Segundo as suas afirmações públicas, o Dr. Paulo Morais não entendia a razão pela qual a PGR não investigava os crimes da Câmara do Porto que, corajosamente e em devido tempo, denunciou.

3. Ao cabo de seis anos, a Câmara Municipal do Porto decidiu questionar directamente o Senhor Procurador Geral da República sobre a existência de qualquer processo que "*envolva directamente a CMP, na sequência das diversas declarações do Dr. Paulo Morais junto da PGR desde 2005*", considerando que a prolongada manutenção de um clima de suspeição

sobre a autarquia, sem qualquer decisão por parte da PGR, "*é um mau serviço que se presta ao país e à nossa tão debilitada democracia*".

4. Na sequência deste pedido de informações, e tendo em conta que a PGR mandou investigar todos os dossiers que envolviam a CMP no âmbito das denuncias do Dr. Paulo Morais - chamando, ao longo dos tempos, diversas pessoas à Polícia Judiciária - a resposta do Senhor Procurador, foi clara e inequívoca:

a) O Procurador Geral da República afirma, em carta enviada ao Presidente da Câmara Municipal do Porto no final do passado mês de Junho, que **não existe qualquer inquérito pendente em que seja denunciante o Dr. Paulo Morais e que tenha por objecto crimes eventualmente praticados pela CMP.**

b) O Sr. Dr. Pinto Monteiro informa ainda que esta informação foi confirmada não só junto do DCIAP, pelo qual é responsável a Dra. Cândida Almeida, como igualmente junto dos Departamentos de Investigação e Acção Penal do Porto e Lisboa, tutelados pela Dra. Maria do Céu Beato e pela Dra. Maria José Morgado, respectivamente.

- Ou seja:

As acusações feitas pelo Dr. Paulo Morais não têm qualquer fundamento, razão pela qual foram arquivadas após a competente investigação.

Talvez para conseguir manter a sua presença mediática nos órgãos de comunicação social que lhe dão voz, o Dr. Paulo Morais optou, ao longo dos últimos meses, por manter as suspeitas latentes, sem nunca ter revelado, publicamente, o desfecho que todas as suas denuncias já tinham conhecido.

5. A Câmara Municipal do Porto sente-se na obrigação de dar nota pública das conclusões das investigações feitas pela PGR e de dizer que lamenta este tipo de comportamento muito pouco sério, justamente por parte de quem se pretende fazer passar por um arauto da seriedade e da ética.

As diversas declarações e suspeitas insistentemente lançadas sobre alegados crimes cometidos na autarquia portuense é que constituem

difamação, e poderiam, por isso mesmo, configurar um potencial acto criminoso.

6. O combate à corrupção dispensa que se lance, demagogicamente, lama sobre tudo e sobre todos para, dessa forma, se tentar granjear notoriedade pessoal à custa dum discurso primário e populista.

Lançar suspeitas levianas e generalizadas, é a melhor forma de proteger os corruptos. Quando todos são considerados iguais, quem sai a ganhar é o criminoso, não é quem cumpre nem quem é sério.

O serviço que o Dr. Paulo Morais - *e que todos os demais políticos que como ele agem* - prestam à nossa depauperada democracia é, sem margem para dúvidas, um péssimo serviço à sociedade e um excelente serviço aos corruptos.

Confundir propositadamente o todo pela parte, e fazer, intencionalmente, do discurso do combate à corrupção uma forma de conquista de simpatias populares primárias, não é uma atitude que se possa considerar honesta do ponto de vista político e, muito menos, do ponto de vista de um genuíno combate à corrupção.

Atitudes destas podem relevar para a notoriedade mediática de quem as tem, mas contribuem para agravar o descrédito das nossas instituições; mesmo daquelas que procuram cumprir a sua missão com empenho e dignidade.

Porto, 6 de Julho de 2011

O Vereador do Urbanismo e da Mobilidade da CMP

Gonçalo Mayan Gonçalves

Em anexo: cópias do requerimento do Sr. Presidente da CMP e da respectiva resposta do Sr. Procurador-Geral da República.